



Governo travou subida automática das pensões em 2023 devido ao pico de inflação

# Governo quer evolução das pensões “menos sensível a picos de inflação”

**Raquel Martins**

**O secretário de Estado da Segurança Social, Gabriel Bastos, espera que as mudanças tenham efeitos já em 2024**

Apesar de ainda não ter uma proposta concreta quanto à revisão da fórmula de actualização das pensões, o Governo adianta que o objectivo é tornar este mecanismo “menos sensível a picos de inflação”, tendo em conta períodos de referência mais alargados e não só o ano anterior. A expectativa é que os novos critérios se possam aplicar já em 2024.

“A ideia é avaliar que alterações teremos de fazer para tornar a fórmula menos sensível a picos de inflação e a alterações muito abruptas”, afirmou o secretário de Estado da Segurança Social, Gabriel Bastos, à margem do debate *O Futuro da Segurança Social em Portugal*, organizado ontem pela delegação de Lisboa do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra.

Do lado do Governo, acrescentou, “já fomos pensando como é que isso pode ser feito e há maneiras, sem mudar a fórmula, de considerar períodos de referência mais alargados”, de modo a alisar o impacto dos

indicadores que são tidos em conta, nomeadamente a inflação. Na prática, não se trata de alterar a fórmula, mas de mudar a forma como os critérios são aferidos.

Em Setembro do ano passado, o Governo anunciou que iria repartir o aumento das pensões em 2022 por dois momentos, o que, na prática, se traduziu numa suspensão da fórmula automática de actualização prevista na lei (e que tem em conta a inflação do ano anterior e o crescimento da economia), evitando que as pensões tivessem um aumento superior a 8% em Janeiro.

Embora o assunto não fizesse parte do caderno de encargos da comissão para a diversificação das fontes de financiamento e sustentabilidade da Segurança Social, criada em Julho de 2022, o Governo acabou por pedir aos peritos que também olhassem para a fórmula de actualização das pensões.

A expectativa de Gabriel Bastos é que as alterações se decidam a tempo do Orçamento do Estado para 2024, que é apresentado em Outubro, para que possam produzir efeitos no próximo ano. “Seria desejável que, a tempo da discussão do orçamento, pudéssemos ter já uma ideia mais clara, para começarmos a estudar a forma de implementar estas alterações”, afirmou o governante.

Já quanto à diversificação das fontes de financiamento, um dos pontos abordados no debate promovido pelo CES, o secretário de Estado não quis desvendar quais as preferências do Governo e remeteu medidas mais concretas para o segundo semestre.

“O Governo tem a sua leitura e a sua posição de defesa intransigente do modelo que temos de Segurança Social pública, universal e solidária, mas existe uma panóplia de possibilidade que temos de discutir e avaliar politicamente”, garantiu, depois de na sua intervenção no debate

No debate, onde estiveram investigadores, sindicalistas, professores universitários e alguns membros da comissão da Segurança Social, a suspensão da fórmula de actualização das pensões em 2023 foi muito criticada.

“O Governo despertou o monstro da insustentabilidade do sistema”, resumiu Manuel Carvalho da Silva, coordenador da delegação do CES

**Em Setembro, o Governo anunciou que iria repartir a subida das pensões em 2022 por dois momentos**

de Lisboa, desafiando o Governo a proteger a saúde financeira da Segurança Social.

Estas medidas, defenderam alguns dos intervenientes, minam a confiança que é a base do sistema de Segurança Social, alertando para o risco de os jovens – com percursos laborais precários e intermitentes – se afastarem cada vez mais do sistema.

Na plateia, Renato do Carmo, director do Observatório das Desigualdades e responsável pelo desenho do inquérito aos jovens lançado pela comissão da Segurança Social, desvendou: “Podemos estar relativamente confortáveis com as respostas [dos jovens], que, surpreendentemente, valorizam a Segurança Social.

Em cima da mesa esteve também a necessidade de diversificar as fontes de financiamento (complementares à Taxa Social Única), através da criação de impostos sobre os detentores de tecnologia ou prevendo que as consignações fiscais sejam consideradas “fontes estruturais” da Segurança Social, como defendeu Paulo Pedroso, professor universitário e ex-ministro do Trabalho.

A criação de sistemas complementares de poupança no âmbito da negociação colectiva foi outra das pistas deixadas pelos intervenientes.